

OPINIÃO

EDITORIAL

Economia Brasil

A redução do custo do trabalho

A economia brasileira enfrenta incomum dualidade. Há doze anos cresce pouco, em qualquer comparação internacional, mas nos últimos quatro alterou o núcleo de expansão e gerou mais empregos. Parece ideal, mas não é. Os empregos abertos neste período não conseguiram aumentar a massa salarial. Márcio Pochmann, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas (Unicamp) afirmou ser “evidente” que os setores que lideraram a gestão atual da economia “em uso mais intensivo de mão-de-obra”. Tais setores criaram postos de trabalho com carteira assinada, porém custeados pela remuneração do trabalhador.

Os números oficiais consolidam a interpretação do economista da Unicamp. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, mostraram que a maior parte dos empregos formais criados neste ano têm remuneração de até um salário mínimo e meio. Entre janeiro e outubro foram criados 1,51 milhão de postos de trabalho formais. Contudo, 1,4 milhão destes postos apresentam salários de até R\$ 525.

O achatamento salarial é produto do modelo de crescimento do País, reafirmou Pochmann. Não é opinião isolada. Walter Barelli, ministro do Trabalho na gestão Fernando Henrique Cardoso, bateu na mesma tecla: “É o preço dos novos empregos”, ponderando que os setores que mais expandiram são os que exi-

Nos últimos 4 anos, a economia brasileira abriu postos de trabalho, mas não cresceu a massa salarial. As escolhas do modelo explicam o fato

gem mão-de-obra menos especializada e enfrentam intensa concorrência. Esses fatores, para Barelli, “derrubam os salários”.

Entre setembro de 2004 e outubro de 2006, o Brasil abriu 2,8 milhões de empregos, mas a massa salarial perdeu, em números absolutos, R\$ 133 milhões, ao longo deste período. A razão da perda está na competitividade conquistada a partir do custo da hora trabalhada. A exportação de bens de pouco valor agregado e conteúdo tecnológico reduzido só conquista mercado com salários muito baixos.

O governo norte-americano preocupa-se com este “jogo” por tudo que prejudica seu próprio mercado de trabalho interno. O Departamento do Trabalho, em Washington, reuniu dados mostrando a defasagem entre o custo da hora trabalhada nos EUA e nos seus concorrentes. Avaliando o preço do trabalho no período entre 1990 e 2004, em 22 países, o Brasil reduziu o custo da hora trabalhada de US\$ 3,12 para US\$ 3,03, enquanto a média deste custo na União Europeia passou de US\$ 16,84 para US\$ 27,17. No caso dos EUA, a situação é semelhante, pois o custo do trabalho por hora passou de US\$ 14,84 para US\$ 23,17 no período. Como é difícil estabelecer parâmetros comparativos compatíveis, o caso chinês não foi analisado, o que permitiria uma visão melhor do que é a derrubada do valor-salário para conquista de mercado.

No entanto, vale notar que os setores de máquinas e equipamentos, automóveis e informática asseguraram, no mês de outubro, que o crescimento da indústria paulista alcançasse média superior à do País, conforme os dados do IBGE. A indústria de São Paulo avançou 1,5% em relação a setembro e

5,9% frente a outubro de 2005, puxando para cima o índice nacional. Veículos automotores subiram 6,6%; equipamentos de informática, 42,7%; e produtos alimentícios, 4,5%, liderando o salto paulista. No caso de Minas Gerais e Rio de Janeiro, com produção vinculada à commodities minerais e petroquímica, também levaram os índices nacionais para cima. Essa expansão assegura salários melhores e empregos mais bem qualificados, mas é localizada regionalmente e, óbvio, não implica em uso intensivo de mão-de-obra.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, lembrou que os setores mais afetados pelo câmbio, como o têxtil, calçadista e moveleiro, “têm que reduzir custo para continuar no mercado e nestes setores, redução de custos envolve salários”.

O modelo econômico brasileiro fez suas escolhas de inserção na economia internacional. O que o economista da Unicamp, o ex-ministro do Trabalho e o presidente da CNI observaram, cada um a seu modo, é o custo destas escolhas pago pelo emprego sem qualificação e a renda sem poder de compra dos brasileiros.